

A praça como espaço de identidade e memória da cidade

The square as a space of identity and memory of the city

Enviado em: 04-07-2021

Aceito em: 27-12-2022

Emanuely Ferreira dos Reis Luz¹
Kláutenys Dellene Guedes Cutrim²
Mariely Ferreira dos Reis Luz³

Resumo

Este artigo busca investigar como a praça, enquanto espaço público, pode ser considerada um lugar capaz de contribuir para a construção da identidade e da memória coletiva das cidades. De caráter descritivo e bibliográfico, esta investigação procura, de forma interdisciplinar, reunir a concepção de autores das áreas da geografia, do urbanismo, da identidade e da memória. Para tanto, a constante busca em referencial bibliográfico proporcionou a constituição de reflexões mais significativas sobre os conceitos de espaço, espaço público, praça, identidade e memória, contribuindo para o entendimento das identidades fragmentadas dos habitantes na pós-modernidade e das suas memórias individuais. Esses fatores permitem que a praça ganhe sentido, seja um espaço dinâmico, plural e híbrido, se constituindo um lugar que tem a capacidade de promover as relações entre as pessoas, a ponto de contribuir para o surgimento de memórias coletivas, fortalecedoras das relações sociais nos espaços públicos das cidades.

Palavras-chave: Praça; Identidade; Memória

Abstract

This article seeks to reflect how the square as a public space can be considered as a place capable of contributing to the construction of the cities' collective

1 Turismóloga e Administradora. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT /UFMA). E-mail: luz.emanuely@yahoo.com.br

2 Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão e Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA). Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. E-mail: kdgedes@yahoo.com.br

3 Arquiteta e Urbanista. Mestra em Urbanismo pelo Programa em Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB/UFRJ). E-mail: ma.reisluz@gmail.com

identity and memory. Descriptive and bibliographic, this investigation seeks in an interdisciplinary form to bring together the conception of authors from the areas of geography, urbanism, identity and memory. For this purpose, the constant search in bibliographic references provided the constitution of more significant reflections on the concepts of space, public space, square, identity and memory, contributing to the understanding of the fragmented identities of the inhabitants in post-modernity and their individual memories. These factors allow the square to make sense, be a dynamic, plural and hybrid space, constituting itself as a place that has the capacity to promote relationships between people, contributing to the emergence of collective memories, strengthening relationships in public spaces in cities.

Key words: Square; Identity; Memory

1 Introdução

A cidade é um sistema aberto, diverso e híbrido, que contém as relações que seus habitantes estabelecem com seus inúmeros espaços. Assim, considera-se que o espaço, na cidade, necessita de ser entendido como um conjunto de formas e funções entrelaçados pelas histórias, e que ganha significado a partir das relações sociais criadas pelos sujeitos que compõem a sua estrutura.

Por isso, a praça aparece como um espaço público de vivência, dinamicidade, de troca e de diálogo capaz de agregar as mais variadas culturas e costumes de seus usuários, exprimindo um sentido de identidade e memória coletiva e gerando a ideia de pertencimento.

Dessa maneira, é necessária a compressão desse espaço público enquanto ambiente cultural e formador na dinâmica das identidades e memórias da cidade, a partir, principalmente, do enaltecimento de seus valores simbólicos, de modo que estes não se tornem banalizados ou esquecidos. Assim, é importante que o estado e a comunidade trabalhem de maneira conjunta, a fim de elaborar políticas que valorizem as praças como patrimônio, e, especialmente, como local de troca cultural, a ponto de permitir aos usuários diversos tipos de vivências com este espaço, uma vez que essas experiências são fundamentais para a construção de suas identidades e memórias.

A partir desse debate inicial, busca-se compreender de que maneira a praça pode ser considerada um espaço de identidade e memória na cidade. Assim, de modo a construir um embasamento teórico acerca dessa questão, o trabalho procurou conceituar a categoria “espaço”, enfatizando as características das praças, refletindo sobre as relações entre esse espaço público e as categorias de identidade e memória na cidade.

Sendo assim, afirma-se que o trabalho traz o conceito e a relação existente entre espaço, - principalmente, público, como as praças - e as categorias de identidade e memória, em razão de se complementarem e contribuírem tanto para o entendimento do papel do espaço público quanto para a valorização dos aspectos simbólicos, funcionais e culturais ali presentes, os quais são significativos na construção da identidade e da memória dos habitantes de uma cidade.

Com relação aos aspectos metodológicos, em razão de se constituir a partir da constante busca a referenciais de diferentes formatos, tornados até então públicos, este trabalho se encontra na forma bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2003), tendo tido sua pesquisa desenvolvida por meio da produção de autores das áreas da geografia, da identidade e da memória. Para tanto, foram consideradas as reflexões de Milton Santos (2004, 2006, 2014) acerca da categoria espaço, De Angelis *et al.* (2005), Silva, Lopes e Lopes (2011) e Alex (2008) sobre a temática “praça”; as concepções de Stuart Hall (2006), em relação à categoria “identidade”; e de Maurice Halbwachs (1990), Jacques Le Goff (2003) e Joel Candau (2011) sobre o conceito de memória.

A primeira parte do trabalho traz noções preliminares sobre o conceito de espaço e espaço público, dando ênfase às características deste na forma da praça. Na segunda parte, o trabalho apresenta algumas reflexões a respeito da praça e de sua relação com as categorias de identidade e memória na cidade. Por fim, a pesquisa constrói sua relevância junto à temática, ao contribuir para a reflexão de conceitos de modo interdisciplinar, fornecendo, sobretudo, suporte para o desenvolvimento de estudos relacionados às categorias de espaço, espaço público, identidade e memória.

2 Noções sobre espaço e espaço público: caracterizando o espaço público “praça”

Entre os temas debatidos por Milton Santos, autor central na renovação e no fortalecimento do campo da Geografia (SAQUET; SILVA, 2008), se destaca o esforço que esse autor teve em buscar entender, em seu tempo, o conceito de espaço como produção do homem inserida na totalidade da natureza e desenvolvido por meio da técnica. Ademais, como nos mostra Santos (2004), definir o conceito de espaço a partir de uma forma única é uma tarefa árdua, por cobrir uma ampla variedade de objetos e significações. Não podendo ser imutáveis, fixas ou eternas, como coloca o autor, as definições acerca dessa temática sofrem intensa influência dos processos históricos, na medida em que se constitui como um espaço social.

Nesse sentido, de acordo com Santos (2004), o espaço necessita de ser considerado como um conjunto de relações sociais inscritas no passado e no presente, que se manifestam na forma de processos e funções. Assim, por se tratar de um conceito atravessado por momentos-períodos históricos diversos e amplas interações sociais, é preciso compreender que as próprias dinâmicas que ocorrem em seu sistema também estão sob influência de constantes mudanças. Em outras palavras, como apresenta Santos (2004, p. 152), o espaço, enquanto uma categoria histórica, “é a própria significação dos objetos, do seu conteúdo e das relações entre eles que muda com a história”.

Muito mais do que um reflexo da sociedade, segundo Santos (2004), o espaço é um fator social. Em seu pensamento, quando considerado como um reflexo social, o espaço deixa de ser tido como uma estrutura ou instância dotada de autonomia relativa, pelo fato de apenas refletir as outras estruturas da sociedade (SANTOS, 2004). Por isso, de acordo com Santos (2004), como *fator* da evolução social, o espaço é considerado com uma *instância* da sociedade, assim como a instância econômica e a cultural-ideológica. Desse modo,

o espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço embora submetido à lei da totalidade, dispõe de

uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução (SANTOS, 2004, p. 181).

Sendo social a essência do espaço, esse conceito, de acordo com as reflexões de Santos (2014), é formado tanto pelos objetos geográficos, naturais e artificiais, quanto pela sociedade. Assim, tem-se

paralelamente de um lado um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento (SANTOS, 2014, p. 12).

A configuração territorial ou geográfica de acordo com o pensamento desse autor, tem sua realidade baseada em sua existência material, no entanto, a sua existência social apenas lhe é atribuída a partir das relações sociais. Ou seja, a configuração territorial ou geográfica, como alerta Santos (2004), não é o espaço, na medida em que a sua realidade vem de sua materialidade. Desse modo, o espaço, na visão de Santos (2006, p. 38), “reúne a materialidade e a vida que a anima”.

Para entender a relação entre essas categorias, Santos (2006) considera o conceito de espaço a partir da fundamentação de seus sistemas. Este, na perspectiva do autor, é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39). Constituindo-se em uma relação dialética, como coloca Santos (2006), a interação desses sistemas funciona de modo que o sistema de objetos condicione a forma como se desenvolve o sistema de ações, o qual leva à criação de objetos ou se faz a partir daqueles que já existem.

Em outras palavras, segundo esse autor,

o espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre eles especificamente, mas, para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS, 2014, p. 78).

A partir dessas concepções, é possível perceber que o entendimento sobre o conceito de espaço está atrelado à forma como se desenvolvem as relações sociais, a partir e por meio dos objetos. Se, por um lado, os sistemas de objetos se apresentam nas formas naturais e artificiais, por outro, o sistema de ações está representado pela vida em movimento e pela sociedade. Assim, acredita-se que esses conceitos apresentam o espaço como uma categoria marcada pela interação, pela dinâmica, pela relação social e pelo movimento.

Como dito, chegar a uma definição precisa do espaço, como afirma Milton Santos, “é uma tarefa extremamente árdua” (SANTOS, 2004, p. 150) e, para isso, é imprescindível que se busque a sua compressão de maneira contínua e exaustiva, isso porque, para ele, o objeto da geografia é o espaço social, das relações humanas, onde estas possuem capacidade de modificá-lo mediante a força de trabalho da sociedade e diante dos fenômenos que ocorrem de maneira interdependente (BANDEIRA; GALVÃO, 2016).

No que tange à constituição das cidades, é possível encontrar em sua formação, espaços considerados públicos e privados, assim como os semi-públicos e semi-privados. De modo geral, os privados são aqueles que possuem certa limitação para serem acessados, particularmente, por serem restritos a grupos específicos. Os semi-públicos e semi-privados, por sua vez, são aqueles (em tese) abertos irrestritamente ao público, mas que, por possuírem em sua essência o sentido “privado”, apresentam certo controle de acesso, a exemplo dos espaços comuns dos condomínios residenciais e dos shopping centers. Por outro lado, como mostram Hijioka *et al.* (2007), os espaços públicos são aqueles de propriedade e apropriação pública. Assim, se constituindo como um bem público, de apropriação coletiva e possuidor de diferentes graus de acessibilidade, como colocam esses autores, o espaço público é o lugar na cidade onde ocorrem ações na esfera da vida pública (HIJIOKA *et al.*, 2007), podendo ser usufruído por toda a população sem restrições.

Assumindo inúmeras formas e tamanhos nas cidades, como indica Alex (2008), os espaços públicos abrangem lugares planejados ou designados para o uso cotidiano e por terem em sua natureza algo “público”, são abertos e

acessíveis a todas as pessoas, sem exceção, como as ruas, as praças e os parques. No entanto, o autor chama atenção para os limites postos por esta determinação geral, na medida em que os espaços públicos, cada vez mais, se constituem de modo plurifuncional, ou seja, se apresentam por meio de uma gama de possibilidades espaciais e de usos (ALEX, 2008). Os espaços públicos, assim, nas palavras de Alex (2008, p. 19), considerados como “adaptáveis”, se modificam dentro da própria transformação da cidade. Logo, entender o conceito de espaço público, como ressalta Gomes (2002 apud ALEX, 2008, p. 19) vai além de delimitação jurídica e separação do privado, e das ideias de liberdade e igualdade que o seu sentido transmite.

Assim, de modo a tentar fundamentar igualmente o caráter político de seu significado, como coloca Alex (2008) baseado em Gomes (2002), é importante compreender que a abertura do espaço público, ao tempo em que proporciona o acesso e a participação do amplo público, se dá mediante à submissão de regras de convívio e de civilidade. Nesse sentido,

trata-se, portanto, essencialmente de uma área em que se processa mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo (GOMES, 2002 apud ALEX, 2008, p. 20).

Seguindo essa noção do espaço público como o lugar da sociabilidade e do exercício da convivência social, como coloca Gomes (2018, p. 117), a sua concepção apresenta esses locais como aqueles “em que os problemas aparecem e se transformam em debates, em diálogo e em possibilidade de ajuste e compromissos. Não anulam os conflitos, ao contrário, são canais de comunicação e de visibilidade de oposições”. Desse modo, verifica-se que a ideia em comento perpassa e reforça a relação, o encontro, a pluralidade, o movimento e a dinâmica social, carregando consigo a possibilidade da ocorrência de debates, diálogos e comunicação. Trata-se, pois, do lugar onde se concretizam as relações sociais de modo aberto e plural na cidade, a ponto de os acontecimentos e as ações que acontecem em seu meio poderem transformá-la.

Sendo assim, os espaços públicos,

[...] são espaços de amplo diálogo social e evidentemente não o estamos restringindo à expressão oral, atos, gestos, formas de apresentação e até mesmo a simples presença é portadora de sentido e de comunicação. Por isso, espaços públicos convidam à observação e a vivência da alteridade. Por último, como espaços de comunicação, de visibilidade, além de permitirem a observação são portadores de reflexividade: observamos e somos observados. A simultaneidade das ações transforma atos, comportamentos e formas de apresentação em informação, em interpelação e em diálogo (GOMES, 2018, p. 118).

O espaço público representa, então, os lugares de troca, de diálogos, de vivência e convivência e, principalmente, de reflexão, e são passíveis de dar visibilidade a todos os seus usuários, abarcando, como dito, uma concepção muito mais ampla do que ser apenas um lugar para o uso cotidiano nas cidades. Ou seja, sua essência está na maneira de como é utilizado pelos atores sociais, como estes desenvolvem suas práticas sociais e se relacionam com ele.

O uso do espaço público abrange a dimensão subjetiva, e aspectos como as motivações, as aspirações, e os valores dos indivíduos ganham mais relevância, bem como a dimensão simbólica ganha mais força, fazendo com que os espaços sejam utilizados também pela sua imagem, qualidade e conforto (MATOS, 2010).

Constituindo-se, dessa forma, como um lugar que agrega inúmeros benefícios de melhoria para a habitabilidade do ambiente urbano, como lembram De Oliveira e Mascaró (2007), dentro da concepção de espaço público, pode-se destacar o lugar da praça. Caracterizada por ser um local de convívio social, de lazer, de diversidade e de trocas culturais, a praça tem o potencial de dar significado e transformar a vida nas cidades. Como afirmam Silva, Lopes e Lopes (2011), as praças são locais de convívio social e com a natureza, que contribuem para a formação e agregação da sociedade representando lugares importantes para manifestações culturais, sociais e políticas. Surgindo da necessidade de abrigar festividades e atividades de troca, as praças se comportam como espaços de fácil acesso para as pessoas

se encontrarem e desenvolverem diversas funções, dentre elas, comerciais, culturais e cívicas, como ver e ser visto (SILVA; LOPES; LOPES, 2011).

No entanto, ainda que a praça, predominantemente, represente esse lugar de encontro e de troca social na cidade, é importante lembrar que os usos e as funções de seu espaço têm se modificado e se adequado de acordo com as transformações e as necessidades da sociedade. Como caracterizam De Angelis *et al.* (2005), ao longo do tempo, as praças apresentaram aspectos inerentes à sua época. Na Grécia e Roma Antigas, por exemplo, de acordo com esses autores, a Ágora e o Fórum representaram, sobretudo, o espaço onde os homens exerciam a sua cidadania, como público que formavam (DE ANGELIS *et al.*, 2005). Do mesmo modo, esses lugares simbolizavam o espaço onde era possível reunir, comercializar, debater ideias, adorar a deuses, assistir a jogos e ocupar a ociosidade do tempo.

Na Idade Média, segundo De Angelis *et al.*(2005), a praça passou a assumir um importante papel como local de espetáculo. Considerada, especialmente, como espaço social e lugar de trocas comerciais e do encontro político, nesse momento, a praça, como colocam esses autores, também se configurou como um local destinado à espetacularização do cotidiano (DE ANGELIS *et al.*, 2005). No período Renascentista, por sua vez, como lembram Matas Colom *et al.* (1983 apud DE ANGELIS *et al.*, 2005, p. 9), a praça se transformou em um dos principais elementos urbanísticos de renovação e embelezamento das cidades. Entendida como um recinto especial, integrado à estrutura da cidade, a praça, como colocam esses autores, passou a adquirir um valor para além do funcional, tendo agregado sentido político-social, simbólico e artístico (MATAS COLOM *et al.*, 1983 apud DE ANGELIS *et al.*, 2005, p. 9). No que diz respeito às praças barrocas, devido ao seu caráter dinâmico, esses espaços passaram a se basear no princípio básico da imaginação, tendo por objetivo persuadir, envolver e criar uma nova realidade (CERONE, 1994 apud DE ANGELIS *et al.*, 2005, p. 9).

Muitas das necessidades e dos aspectos postos nesses períodos permanecem até os dias atuais. No entanto, hoje, várias dessas questões estão estruturadas em outras diversas tipologias de espaços públicos. A praça

contemporânea, como observa Favole (1995 apud DE ANGELIS *et al.*, 2005, p. 15), geralmente, não possui uma função específica, e em relação a sua composição, não depende estritamente de um edifício ou de um monumento para se consolidar. Ainda que cada vez mais seja possível perceber um menor “espírito de coletividade”, como refletem De Angelis *et al.* (2005)⁴, a praça, ao longo do tempo, fundamentalmente buscou se constituir com um espaço atrativo de encontro e reunião. Desse modo,

a praça seja ela do período neolítico, grego, romano, da idade média, do renascimento, do modernismo, pós-modernismo, contemporânea ou colonial, é com toda certeza o espaço comum onde se encontra e se proporciona a diversidade cultural, e com a evolução dos processos de globalização não só as informações como as populações dos mais diversos lugares do globo tiveram livre acesso a todos os territórios do mais diferentes locais e distâncias, os fluxos migratórios decorridos das guerras foi outro fato, propiciador da mistura étnica e cultural, e o espaço físico urbano de encontro de todos esses, povos, culturas e raças é incontestavelmente a praça (SOUZA; OLIVEIRA, 2010, p. 9-10).

A partir desses aspectos, percebe-se que, ao longo do tempo, a praça foi vista e caracterizada por ser um espaço que proporciona condições de trocas culturais. Um lugar que configura a possibilidade de se reunir, debater ideias e dialogar. Além disso, é vista como um lugar especial, com valor funcional, sócio-político, cultural e artístico que revela, em determinados graus, os sentimentos e as noções de liberdade e coletividade. Marcada pela capacidade da dinâmica dos seus frequentadores em negociar, conversar, se conhecerem, conviver, ensinar e aprender, a praça se configura como um espaço da troca de conhecimento, da diversidade cultural e, principalmente, do exercício da cidadania.

Levando em consideração essas reflexões, é importante destacar certos valores desse espaço público, a exemplo de seus valores funcionais e simbólicos. De Angelis *et al.* (2005) mostram que, a partir do ponto de vista funcional, a praça, em certas localidades e bairros, pode se configurar como a

4 Como colocam De Angelis *et al.* (2005), constata-se que a praça como o local onde a comunidade se reunia para realizar uma atividade coletiva (religiosa, comercial, política), cede cada vez mais lugar a um espaço onde é possível encontrar pessoas isoladas, solitárias; onde o espírito de coletividade inexistente.

única opção de espaço recreativo disponível para os moradores locais. Como reforçam esses autores, ainda que exista uma grande concorrência com outros lugares que proporcionam atividades de lazer, o espaço livre da praça atrai, cada vez mais, usuários frequentes. Em relação aos valores estéticos e simbólicos, de acordo com De Angelis *et al.* (2005), os espaços livres – por extensão nesta pesquisa, as praças – são igualmente importantes, pois possuem a capacidade de se consolidarem como objetos referenciais e cênicos na paisagem das cidades, ao exercerem um grande papel na identidade de suas estruturas.

Por meio desse entendimento, é possível perceber que os valores funcionais e simbólicos tendem a complementar as características da praça como espaço público ampliando ainda mais sua importância dentro da cidade. A praça, por meio desses valores, torna-se referência para uma cidade saudável. Com isso, verifica-se que, além do papel de troca cultural e convívio, desempenham o papel na identidade e memória de onde está localizada, ou seja, as pessoas que a frequentam acabam por se sentirem parte integrante, o que possibilita a construção de um possível sentimento de pertencimento àquele lugar. Ou seja,

ao trazer-se à tona na memória, o papel das praças na vida da população, percebe-se que ela está presente em nós como também é exterior a nós. Guardamos na memória vários objetos que nos fazem lembrar de maneiras diversas, a praça traz às pessoas a lembrança de momentos felizes ainda que muitas vezes estejam perdidos na memória. Esse passado reconstruído e recriado no presente pela memória coletiva exprime um sentido de identidade, de pertença e de segurança da continuidade temporal aos indivíduos (FARACCO; DORSA, 2011, p. 148).

A partir disso, percebe-se a importância funcional e simbólica das praças, pois, além de ser um espaço de troca e de diálogos, ela exprime o *locus* do coletivo que permite através da memória individual a formação das identidades e da memória coletiva, categorias essenciais para cidade. Muito mais que um espaço físico aberto e público, como reforça Alex (2008), a praça é também um centro social integrado ao tecido urbano. Dessa maneira, a sua importância, como enfatiza esse autor, está inscrita em seu valor histórico e em sua participação para que a vida aconteça nas cidades. Na medida em que as

praças se comportam como verdadeiras áreas sociais nos centros urbanos, elas possuem o grande potencial de proporcionar a realização de inúmeras atividades, bem como de variadas manifestações. Assim, para que ocorra o pleno convívio e aproveitamento da praça por parte da sociedade, é preciso que a sua relevância seja constantemente reforçada a partir da sua valorização, estruturação e planejamento.

3 A praça e a relação com as categorias de identidade e memória

Os espaços públicos urbanos são decisivos para a produção da cidade, pois ali se manifesta a vida, a animação urbana, bem como é onde ocorre a socialização de seus usuários. Além disso, são considerados elementos estruturantes da vida urbana, pois, desempenhando a função produtiva de interesse coletivo, estimulam o desenvolvimento urbano e contribuem para a valorização da qualidade de vida e da vivência urbana (MATOS, 2010).

Nesse sentido, destaca-se que

as praças, um dos mais característicos exemplos de espaços livres, são unidades urbanísticas fundamentais para a vida urbana, configurando-se como locais para a prática de lazer passivo e ativo, além de servirem ao encontro e à convivência das pessoas e às atividades culturais e cívicas. Têm presença marcante na composição das cidades, levando-se em consideração sua diversidade e seu uso pela população, representando importantes elementos, tanto históricos como culturais (SILVA; LOPES; LOPES, 2011, p. 199).

Ou seja, as praças como espaços públicos são essenciais na construção da vida cotidiana, permitindo o encontro, a convivência, o melhor desempenho da qualidade de vida, mas, sobretudo, representam elementos da vivência, da história e da cultura de uma cidade, podendo ser consideradas importantes na composição da identidade e da memória.

Assim, “as praças apresentam importante papel na promoção do desenvolvimento local, vez que são um ponto de referência para relações interpessoais, ampliando relações secundárias e reforçando relações primárias dentro de uma mesma comunidade” (FARACCO; DORSA, 2011, p. 141).

No entanto, vive-se numa sociedade marcada pela hipermodernidade, em que a tecnologia e os meios de comunicação estão presentes, influenciando o comportamento das pessoas com relação à cidade, e provocando a formação e transformação da identidade e dos sentimentos e sentidos das pessoas com relação ao bairro ou à cidade onde elas vivem (NOVACK, 2015).

Ou seja, as sociedades modernas, por suas constantes mudanças, afetam a identidade e a memória coletiva, fatos que acabam causando transformações significativas a ponto de se tentar compreender o papel e a relação deste espaço público com as pessoas e a cidade, em um contexto de identidades fragmentadas e ressignificação da memória.

Hall (2006), em sua obra “A Identidade Cultural na pós-modernidade”, afirma que o indivíduo contemporâneo é o resultado de uma mudança estrutural que tem transformado as sociedades modernas. Este sujeito “pós-moderno”, segundo o autor, é marcado por inúmeras fragmentações, a exemplo das segmentações de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, forneciam sólidas localizações para os indivíduos sociais, mas que devido a constantes mudanças, acabaram transformando as identidades pessoais que afligiram a ideia que se tem de si próprio como sujeito integrado.

Além desse aspecto, o autor destaca três tipos de identidade cultural: a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. A noção de identidade do sujeito do Iluminismo, segundo Hall (2006), é fundamentada no entendimento da pessoa humana como indivíduo totalmente centrado, unificado e racional, dotado de consciência e ação, cujo seu “centro” ou núcleo interior, era por si mesmo a sua identidade. Desse modo, essa ideia considera que o sujeito já nasce com uma identidade própria e autossuficiente, inserida em seu interior, e por se comportar como uma concepção “individualista”, faz com que indivíduo acredite mais em si mesmo e em suas concepções, sem se interessar pela opinião do outro.

Por sua vez, a concepção de identidade a partir do sujeito sociológico, de acordo com Hall (2006), passa a refletir a complexa realidade do mundo

moderno. Assim, nesse âmbito, o “eu interior” do sujeito deixa de ser autônomo e passa a ser formado a partir da interação com o “outro” e a sociedade, isto é, por meio da relação com “outras pessoas importantes para ele”, e que possuem a função de transmitir os valores, sentidos e símbolos (de modo geral, a cultura), para este ator. Por fim, a identidade no sujeito pós-moderno, assume identidades diferentes em diferentes momentos, destituído de um “eu coerente” (HALL, 2006). Segundo Hall (2006), essa identidade não é algo fixo, essencial nem permanente, configura-se, portanto, como uma identidade de “celebração móvel”, que passa a ser formada e modificada continuamente por relações sistemas culturais que rodeiam as pessoas.

Nesse sentido, como afirma Costa (2016, p. 25), na contemporaneidade, ou pós-modernidade, as identidades modernas se colapsam. O sujeito, nesse contexto, passa a construir um novo tipo de identidade baseada nas diferenças, indo de encontro à noção de cultura unificada e de identidade intocável (COSTA, 2016). Como coloca Novack (2015), é importante lembrar que o conceito de identidade possui uma relação muito próxima à ideia de lugar, na medida em que este possui a capacidade de acentuar as relações entre as pessoas e o campo do vivido e do imediato, construindo uma identidade local concreta. De acordo com essa autora, é a partir do uso de um espaço que a sua identidade se cria. Nesse sentido, o significado que os habitantes de um bairro dão a sua localidade emerge das experiências vividas, por meio das referências que circundam as suas ações cotidianas, fato que possibilita o seu sentido de descoberta (NOVACK, 2015). Dessa maneira, diante de uma sociedade pós-moderna marcada pelas constantes mudanças e transformações do sujeito e da cidade, é por meio da relação com o espaço e com o lugar que as inúmeras identidades se criam, principalmente, por intermédio do uso que os habitantes estabelecem em sua vivência cotidiana, dando sentido e gerando significados simbólicos e funcionais.

Dentro desse contexto, além da categoria identidade, a cidade e o espaço urbano estabelecem relação com a categoria da memória. Como afirma Halbwachs (1990, p. 81-82), a memória coletiva é “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que

retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição ela não ultrapassa os limites deste grupo”.

Dessa maneira, verifica-se que

Halbwachs criou a categoria de “memória coletiva”, por intermédio da qual postula que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não for levado em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. É, portanto, mediante a categoria de “memória coletiva” de Halbwachs que a memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social (SILVA, 2013, p. 1).

Complementando essa questão, Le Goff (2003) afirma que a

memória coletiva, é definida como o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado (...). A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 2003, p. 467-469).

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Aqui, acrescenta-se que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469).

Essas ideias corroboram com as perspectivas de Candau e a correlação entre memória e identidade defendidas pelo autor, principalmente ao declarar que

a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma

na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (CANDAU, 2011, p. 16).

Assim, acredita-se que a memória é definida como as narrativas que sobreviveram ao passado e são constantemente relembradas, denotando, portanto, um sentido de coesão para o indivíduo e para o grupo. “E a identidade é, na verdade, “a memória em ação”, pois é por meio dela que se criam as narrativas de pertencimento identitário” (ALECRIM, 2021, p. 2).

Mediante isso, percebe-se que de fato, memória e identidade, são indissociáveis, e se reforçam mutuamente a ponto de ser inevitável sua dissolução. Não há busca identitária sem memória, assim como é certo de que a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente (CANDAU, 2011).

No entanto, é importante perceber que “uma memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça deliberadamente por tiragens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças” (CANDAU, 2011, p. 47).

Nesse sentido, “não pode haver construção de uma memória coletiva se as memórias individuais não se abrem umas às outras visando objetivos comuns, tendo um mesmo horizonte de ação” (CANDAU, 2011, p. 49).

Assim,

a memória coletiva 'funciona como uma instância de regulação da lembrança individual'. [...]. Nisso toda a memória é social, mas não necessariamente coletiva - e em alguns casos e apenas sob certas condições se produzem 'interferências coletivas' que permitem a abertura recíproca, a inter-relação, a interpenetração e a concordância mais ou menos profunda de memórias individuais. Quando os caminhos tomados por estas se cruzam e se confundem, esse encontro confere alguma pertinência à noção de memória coletiva que, nesse momento, dá conta de uma relativa permeabilidade de consciências, em certos casos excepcionais e provisórias, de sua 'fusão' e da convergência perfeita entre as representações do passado elaboradas por cada indivíduo. Quanto maior essa convergência, maior será aquela das representações identitárias e mais pertinente será a retórica holista. Ao final, a memória coletiva segue as leis das memórias individuais que, permanentemente, mais ou menos influenciada pelos marcos de pensamento e experiência da sociedade global, se reúnem e se dividem, se encontram e se perdem, se separam e se confundem, se aproximam e se distanciam, múltiplas combinações que formam, assim, configurações memoriais mais ou menos estáveis, duráveis e homogêneas (CANDAU, 2011, p. 49).

Desse modo, “a memória coletiva, como a identidade da qual ela é o combustível, não existe se não diferencialmente, em uma relação sempre mutável mantida com o outro” (CANDAUI, 2011, p. 50).

Assim, aqui se configura a ideia central de que o espaço e a memória, na cidade, se correlacionam na vivência cotidiana e afetiva que os grupos sociais estabelecem uns com os outros e com os espaços. A memória coletiva é vista como algo vivo e simbólico construído dentro de uma perspectiva grupal criada a partir das memórias individuais e influenciada pelas diversas comunidades que os indivíduos participam. Dessa forma,

a cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Uma dessas resistências que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço. O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. Conseqüentemente, a vivência da cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser bastante distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência à essa mesma cidade (ABREU, 1998, p. 86).

Em outras palavras, os espaços da cidade permitem que as memórias sejam ancoradas e não se percam no tempo. A partir dessa reflexão, é possível perceber que assim como a identidade, a memória é estabelecida por meio das relações dos grupos sociais com os espaços por meio de sua vivência e do uso cotidiano, fazendo com que haja o surgimento de sentidos coletivos, de afetividade e de aderência ao espaço urbano.

Diante disso, o indivíduo, por meio de suas relações com o meio e com a cidade, exprime em todos os seus equipamentos e lugares os seus anseios e necessidades, bem como os de todos os membros da comunidade em si. Nesse aspecto, a praça funciona como um equipamento urbano onde se pode analisar os usos da memória e de sua representação no imaginário individual e coletivo. Pois, na medida em que se constitui como um lugar pensado, planejado e construído para servir de lazer, de encontro, de manifestações socioculturais dos moradores das cidades, a praça se torna um local possível

de ser acessível a todos e capaz de ancorar as diversas memórias coletivas por meio da vivência e afetividade (FROTA, 2010).

A partir dessa perspectiva, pouco a pouco, esse lugar vai produzindo seus próprios “símbolos e identidades, onde esse conjunto de significados e estratégias vão se multiplicar em um conjunto de ações e essas ações farão referência à identidade cultural formada entre as pessoas com o espaço” (NOVACK, 2015, p. 35).

Por fim, no que se refere à memória, esse espaço “é apresentado e adotado por necessidades e vivências sociais que ao evocar o passado se transformam em memória. E essa memória não diz respeito apenas ao passado. Diz respeito também a uma interpretação que ainda é e está no presente” (FROTA, 2010, p. 456).

Dessa maneira, acredita-se que a identidade e a memória são elementos essenciais de um espaço, pois permitem a recuperação das memórias coletivas de uma cidade, contribuindo para a aderência do grupo àquele espaço vivido e habitado compartilhado pela coletividade por um período de tempo. Assim, acredita-se que a identidade e a memória nas cidades estão pautadas no estabelecimento das relações sociais que dão origem as memórias coletivas umas diferentes das outras e que fazem com que os espaços públicos como as praças sejam percebidos como locais vivos e dinâmicos.

4 Considerações finais

Este trabalho teve como principal objetivo investigar de que maneira a praça pode ser considerada um espaço de identidade e memória da cidade. Para realizá-lo, foi utilizada uma abordagem teórica que contemplasse o conceito de espaço, bem como as características do espaço público na forma da praça, além das reflexões sobre a relação entre a praça e as categorias de identidade e memória.

É importante destacar que, durante a elaboração do trabalho, foi levantado o conceito de espaço, o qual, em razão de sua complexidade, foi

abordado a partir de análises mais profundas. Nesse sentido, se alicerçando nas reflexões do teórico Milton Santos (2004, 2006, 2014), a compressão do conceito espaço considerou a sua construção como uma categoria marcada pelas relações sociais, com regras próprias, dotado de totalidade e onde existe interação, dinâmica, movimento e vida.

Corroborando com esse aspecto, procurou-se compreender o sentido de espaço público, como um espaço plurifuncional, adaptável e que transforma a cidade por meio da possibilidade de promover diálogos, ajustes e discussões, colocando-o como um local de troca em que seus atores sociais são capazes de observar, viver e se comunicar contribuindo na dinâmica e no uso da cidade.

De maneira mais específica, o trabalho esclareceu algumas características do espaço público praça, considerando-o pensado desde os primórdios para a convivência social, o exercício da cidadania, e, principalmente, para as práticas sociais. Como visto, a praça ao ser projetada deve considerar valores funcionais e simbólicos com o propósito de fazer com que a comunidade, por meio da dinâmica de uso e de vivências, construa identidades e memórias coletivas capazes de representar seus habitantes no contexto da cidade.

Nesse sentido, foi necessário compreender que a sociedade pós-moderna, por meio das suas mudanças tecnológicas, sociais, econômicas e políticas, altera o comportamento das pessoas na cidade afetando a identidade e a memória coletiva.

Dentro da perspectiva da identidade, a pesquisa procurou trabalhar com a percepção de Stuart Hall (2006), que traz a fragmentação das identidades dos sujeitos contemporâneos, onde este sujeito constrói novas identidades que são marcadas pelas diferenças e que se afastam da ideia de identidade única e intocável.

No que se refere à memória coletiva, as reflexões de Maurice Halbwachs (1990), Jacques Le Goff (2003) e Joel Candau (2011) contribuíram para a concepção de memória como um pensamento contínuo e como um fenômeno de recordar e lembrar considerando os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória.

Nesse aspecto, afirma-se que a relação entre a praça e as categorias de identidade e memória perpassam em priorizar a ideia de que estas são criadas ou elaboradas, na cidade, a partir da concepção de espaço vivido e espaço utilizado pelo grupo da comunidade.

Destaca-se que as identidades fragmentadas dos habitantes e as suas memórias individuais é que permitem com que a praça ganhe sentido, seja um espaço dinâmico, plural e híbrido, sendo capaz de promover a aderência que liga os indivíduos a ponto de surgirem memórias coletivas que dão sentido e contribuem com o fortalecimento de suas relações.

A partir das reflexões feitas no trabalho, afirma-se que os conceitos de espaço, bem como as categorias de identidade e memória contribuem no aprendizado e nas discussões sobre o espaço público na forma da praça, e além disso, a relação entre tais categorias permite melhor compreender a dinâmica da vida na cidade.

Ademais, é necessário enfatizar que a pesquisa buscou construir a sua relevância, ao contribuir junto ao campo de estudo para as reflexões dos conceitos de modo interdisciplinar e fornecendo suporte para o desenvolvimento de investigações relacionadas às categorias de espaço, espaço público, identidade e memória.

Por fim, é preciso lembrar que, em razão das categorias abordadas nessa pesquisa se inserirem em um campo de estudo abrangente, é importante que as suas reflexões e relações conceituais sejam continuadas, à luz das discussões de suas diferentes bases teórica e prática, de modo a constituir um maior aprofundamento sobre as suas temáticas e a criação de entendimentos.

Referências

HIJIOKA, Akemi *et al.* Espaços Livres e espacialidades da esfera de vida pública: uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país. **Paisagem Ambiente**, São Paulo, n. 23, p. 116 – 123, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/87854/90769>. Acesso em: 29 jan. 2021.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia I Série**, Porto, v. 14, p. 77 - 97, 1998. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

ALECRIM, T. R. A memória em ação: breves considerações sobre os conceitos de memória e identidade na obra de Joël Candau. **Signos do Consumo**, São Paulo, v. 13, n.2, jul./dez. p.1-5. 2021. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/193209/179377>. Acesso em: 03 jan. 2023.

ALEX, Sun. **Projeto da Praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora Senac, 2008.

BANDEIRA, Juan Muller de Almeida; GALVÃO, Maria Luiza de Medeiros. O Conceito de Espaço Geográfico: um esforço de definição. **Revista GeoConexões**. v. 2. n. 2. p. 26-30, 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/6289>. Acesso em: 21 fev. 2021.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da. Espaço, identidade e memória: o lugar em era uma vez eu, Verônica. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 39, p.103-116, jan. /jun, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/download/31757/22485>. Acesso em: 21 fev. 2021.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos *et al.* **Praças**: história, usos e funções. Coleção Fundamentum. n. 15. EDUEM, Maringá: 2005.

DE OLIVEIRA, Lucimara Albieri; MASCARÓ, Juan José. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/3737>. Acesso em: 29 jan. 2021.

FARACCO, Maysa; DORSA, Arlinda Cantero. As praças de Campo Grande: um olhar na memória e na educação patrimonial. **Multitemas**, Campo Grande, n. 39, p. 139-153, jul. 2011. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/multitemas/article/view/370>. Acesso em: 21 fev. 2021.

FROTA, Karla Patrícia Palmeira. Representação e memória ao ar livre: a praça da Saudade em Manaus/AM. **Textos&Debates**, Boa Vista, n.18, p. 251-268, jan. /jun. 2010. Disponível em: <https://ufrr.br/ppgsof/index.php/component/phocadownload/category/4-anais-comunicacao.html?download=130:031>. Acesso: 01 fev. 2021.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaço Público, Espaços Públicos. **Revista Geographia**, Niterói, vol. 20, n. 44, set. /dez, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27557>. Acesso em: 21 fev. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: História e memória. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 419-476.

MATOS, Fátima Loureiro de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades - O caso da cidade Porto. **Observorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 2, n. 4, p.17-33, jul. 2010. Disponível em: <http://200.19.146.79/index.php/Observorium/article/view/44194>. Acesso em: 01 fev. 2021.

NOVACK, Paula Neumann. Formação da identidade espacial urbana no contexto da hipermodernidade: um estudo de caso em regiões administrativas de Pelotas - RS. **Revista Para Onde!?**, v. 9. n.1, p.30-40, jan. /jul. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/83821>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **ANatureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Ano 10, v.2, n.18, p. 24-42, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SILVA, Giuslane Francisca da. Maurice Halbwachs: A Memória Coletiva. **Aedos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/59252/38241>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SILVA, Guilhermina Castro; LOPES, Wilza Gomes Reis; LOPES, João Batista; Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Revista Ambiente Construído**, Porto Alegre, v.11, n.3, p.197-212. Jul. /set.2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/13193>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SOUSA, Rafael Oliveira de; OLIVEIRA, Carlos Edinei de. A praça como lugar de diversidade cultural. In: Fórum de Educação e Diversidade: diferentes, (des) iguais e desconectados, 4. 2010. Tangará da Serra. **Anais...** Tangará da Serra: UFMT, 2010. Disponível em: http://need.unemat.br/4_forum/artigos/rafael.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.